



APÊNDICE ANEXO I

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

O presente documento visa analisar a viabilidade da presente contratação, bem como compilar as demandas e os elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência ou projeto Básico, de forma a melhor atender às necessidades da Administração.

1. DADOS DO PROCESSO:	
Nº do Processo:	31673/2024
Estudo Preliminar nº:	001/2025
Secretaria:	Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos
Sector / Órgão:	Gerência de Benefícios Eventuais
Objetivo:	Trata-se de estudo preliminar referente à Contratação de empresa especializada para o fornecimento de serviços de administração, gerenciamento e emissão de cartões magnéticos de alimentação, bem como, disponibilização dos respectivos valores de carga ou crédito de forma automática (online), destinados a famílias em situação de vulnerabilidade atendidas pelos equipamentos do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) de Nova Friburgo.
Equipe de Planejamento:	Gestoras: Angelica Medeiros Polo, Gerente de Benefícios Eventuais, Mat. 63.523 e Edilene Gorete Torres Laeth, Gerente de Proteção Social Básica, Mat. 63.360
	Apoio Técnico Administrativo, elaboradora com base nos dados fornecidos pela Unidade Requisitante através do DFD: Caroline Guimarães Monteiro, matrícula 63.647, Monara Tavares da Silva Cunha, matrícula 199.511.
	De acordo: Yuri Guimarães Felisberto Bezerra, Secretário de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, matrícula 100.518
2. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES:	
<p>Fundamentação: Inciso II do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021.</p> <p>No momento, não foi possível demonstrar tal previsão no Plano de Contratações Anual (PAC) desta Administração Pública Municipal uma vez que o mesmo precisa ser regulamentado pelo Município, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, que trata das normas gerais de licitação e contratação pública. Cabe dizer que o artigo 12, inciso VII e § 1º da referida lei estabelece que os entes federativos, incluindo os Municípios, devem instituir o seu Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações. Este sistema deve conter, entre outros elementos, o Plano de Contratações Anual (PAC). Vale destacar que o PAC é uma ferramenta essencial para o planejamento das contratações públicas ao longo do ano. Ele deve conter as estimativas de contratações de bens, serviços e obras, as modalidades de licitação a serem utilizadas, os valores envolvidos, o cronograma de realização das contratações, entre outras informações relevantes. Para que o PAC seja efetivamente adotado e aplicado no âmbito municipal, é necessário que o Município regule esse procedimento por meio de lei ou outro instrumento normativo adequado. Essa regulamentação deve estabelecer os procedimentos para a elaboração, aprovação, acompanhamento e execução do PAC. Portanto, esta Pasta aguarda tal regulamentação, incluindo a criação e regulamentação do Plano de Contratações Anual, para estabelecer o PAC anual desta Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos. Essa medida contribui para uma gestão mais transparente, eficiente e alinhada com as normas e diretrizes nacionais de contratações públicas.</p>	



3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE:

Fundamentação: (Inciso I do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021.

Os trabalhos aqui desenvolvidos visam subsidiar futuro procedimento de contratação pública para atendimento às necessidades de cartões magnéticos de alimentação, com os respectivos valores de carga ou crédito de forma automática (online), para as famílias assistidas pelos equipamentos Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

A implementação de um novo processo para o fornecimento de cartão-alimentação, como benefício eventual, configura-se uma estratégia de fortalecimento da rede de proteção social, essencial para garantir o bem-estar da população. O Sistema Único de Assistência Social (SUAS), enquanto política pública de proteção social, tem como objetivos primordiais a proteção social básica e especial, visando assegurar os direitos de cidadania e promover a inclusão social. A concessão de benefícios eventuais, como o cartão-alimentação, está prevista na Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB-SUAS), constituindo um instrumento fundamental para suprir as necessidades emergenciais da população em situações de vulnerabilidade.

No município de Nova Friburgo, a concessão do cartão-alimentação, como benefício eventual, de caráter excepcional, desponta como uma medida estratégica para mitigar os impactos de crises socioeconômicas e adversidades que afetam a subsistência de significativa parcela da população. A análise do contexto socioeconômico local, baseada em dados do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) e demais indicadores oficiais, revela a necessidade urgente de implementação de políticas públicas que priorizem a proteção social e a promoção da dignidade humana. Assim, a concessão do cartão-alimentação, em conformidade com as diretrizes do SUAS, apresenta-se como uma ferramenta eficaz para assegurar o acesso a alimentos básicos e nutritivos, promovendo a qualidade de vida e o fortalecimento da rede de proteção social.

A garantia do direito à alimentação adequada é um princípio fundamental consagrado na Constituição Federal de 1988, em tratados e convenções internacionais dos quais o Brasil é signatário. Este direito, presente entre os direitos sociais, é dever do Estado e condição para a promoção da dignidade humana, conforme o artigo 6º da Constituição. Tanto o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), quanto o Estatuto do Idoso, reforçam essa garantia, ao assegurar proteção especial a crianças, adolescentes e idosos, especialmente em contextos de vulnerabilidade social. A efetivação dessas normativas é coerente com as diretrizes do SUAS, que visa promover a justiça social e assegurar o acesso a serviços socioassistenciais.

A adoção do sistema de cartão-alimentação como benefício eventual representa um marco relevante na política de assistência social de Nova Friburgo, promovendo a inclusão social e reduzindo as desigualdades. Além disso, essa iniciativa tem o potencial de estimular o desenvolvimento local, ao dinamizar o comércio e gerar impactos positivos na economia local.

Portanto, a implementação de um novo processo de cartão-alimentação, alinhado aos princípios do SUAS, fortalece as políticas públicas de assistência social no município, promovendo o acesso a alimentos em situações emergenciais e contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e solidária.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

Fundamentação: Inciso III do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021.



Contratação de empresa especializada para atendimento às necessidades de cartões magnéticos de alimentação, com os respectivos valores de carga ou crédito de forma automática (online), para as famílias assistidas pelos equipamentos Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), conforme descrito abaixo:

ITEM	CATMAT /CATSER	ESPECIFICAÇÃO	UN	QTDE DE CARTÕES	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	10109	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de serviços de administração, gerenciamento e emissão de cartões magnéticos de alimentação, bem como, disponibilização dos respectivos valores de carga ou crédito de forma automática (online), destinados a famílias em situação de vulnerabilidade atendidas pelos equipamentos do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) de Nova Friburgo.	UN	2.305	R\$ 250,00	R\$ 576.250,00

A contratação deverá observar, ainda, os seguintes requisitos:

• Da sustentabilidade:

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

Como descrito neste Estudo Técnico Preliminar, a empresa contratada deverá prezar pela promoção do desenvolvimento nacional sustentável, adotar os critérios e práticas de sustentabilidade, em especial os estabelecidos no art. 4º do Decreto Federal nº 7.746/2012, entre outras:

- a) baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- b) preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- c) maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- d) maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- e) maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- f) uso de inovações que reduzem a pressão sobre recursos naturais;
- g) origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras; e,
- h) utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento.

Com o propósito de contribuir com a implementação de políticas voltadas à utilização de meios que contribuam para amenizar a agressão ao meio ambiente e garanta sua preservação, e visando a efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental nas licitações promovidas pela Administração Pública, fica a Contratada vinculada aos seguintes critérios de sustentabilidade:

- a) Para os cartões que serão utilizados nos serviços objeto do presente, cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021, Código 8 - 3, os mesmos deverão ser fabricados com produtos cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981.



- Da indicação de marcas ou modelos:
Na presente contratação não será admitida a indicação de marcas.
- Da exigência de amostra:
Não será exigida a apresentação de amostra.
Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.
Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES:

Fundamentação: Inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21.

A memória de cálculo para a aquisição do cartão-alimentação para o ano de 2025 baseia-se no histórico de entregas realizadas em 2023 e 2024. Além disso, considerou-se um acréscimo de 30% no número de cartões distribuídos, em função da vulnerabilidade socioeconômica crescente e o agravamento de eventos climáticos no município, que historicamente sofre com fortes chuvas e deslizamentos, especialmente durante o período de verão.

A região tem passado por situações emergenciais devido a desastres naturais, que afetam diretamente a população em situação de vulnerabilidade. O aumento no número de cartões visa suprir a demanda emergente e garantir que a população atendida pelos CRAS (Centros de Referência de Assistência Social) e CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) tenha suporte adequado diante de crises ocasionadas por chuvas intensas e deslizamentos de terra.

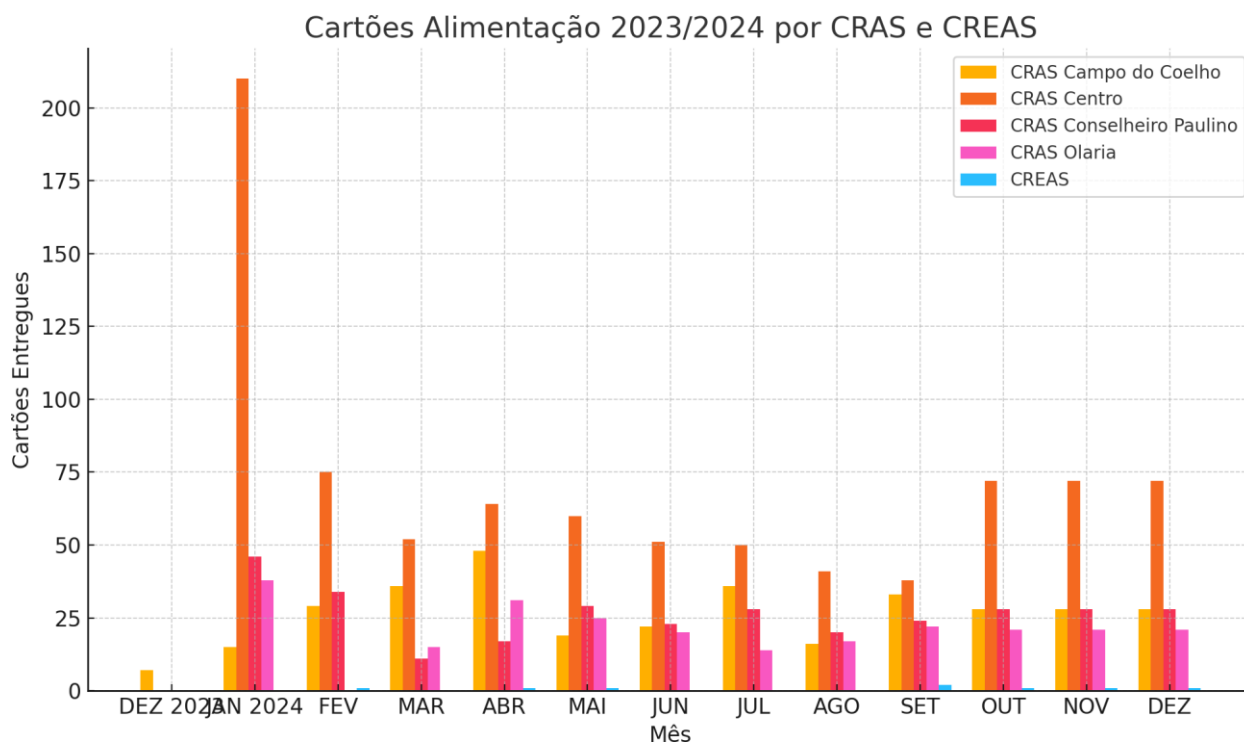
Distribuição de Cartão-Alimentação 2023/2024:

A tabela abaixo detalha a distribuição de cartões alimentação ao longo dos anos de 2023 e 2024:

CARTÕES ALIMENTAÇÃO 2023/2024						
MÊS	CRAS CAMPO DO COELHO	CRAS CENTRO	CRAS CONSELHEIRO PAULINO	CRAS OLARIA	CREAS	TOTAL ENTREGUE MENSAL
DEZEMBRO/23	-	7	-	2	-	9
JANEIRO/24	15	210	46	38	-	309
FEVEREIRO	29	75	34	-	1	139
MARÇO	36	52	11	15	-	114
ABRIL	48	64	17	31	1	161
MAIO	19	60	29	25	1	134
JUNHO	22	51	23	20	-	116
JULHO	36	50	28	14	-	128
AGOSTO	16	41	20	17	-	94
SETEMBRO	33	38	24	22	2	119
OUTUBRO	28	72	28	21	1	150



NOVEMBRO	28	72	28	21	1	150
DEZEMBRO	28	72	28	21	1	150
TOTAL	338	864	316	247	8	1773



Com base nos dados de distribuição mensal de cartões alimentação apresentadas no gráfico referente ao período de dezembro de 2023 a setembro de 2024, observa-se que, com exceção de janeiro, que apresentou uma demanda esporádica e atípica devido a uma circunstância pontual, a concessão dos cartões manteve-se equilibrada nos demais meses.

Esse padrão de distribuição indica uma necessidade estável e constante do benefício ao longo do ano, refletindo as condições de vulnerabilidade social no município. A demanda contínua está diretamente relacionada à precarização das condições econômicas e ao aumento de riscos climáticos, fatores que impactam significativamente as famílias em situação de risco.

O município de Nova Friburgo, inserido em uma área suscetível a catástrofes naturais, têm enfrentado um risco elevado de desastres climáticos, como deslizamentos de terra e enchentes. Essas ameaças tornam ainda mais necessária a ampliação da capacidade de resposta das políticas públicas de assistência social. O impacto direto dessas catástrofes nas comunidades mais vulneráveis deve ser considerado como fator determinante para o aumento da demanda por benefícios eventuais, como o cartão-alimentação.

Considerando a situação climática de Nova Friburgo, que está inserida em uma área propensa a desastres naturais, como enchentes e deslizamentos, justifica-se a ampliação de 30% (trinta por cento) na aquisição dos cartões alimentação para 2025. Tal medida visa antecipar um possível aumento da demanda, garantindo uma resposta eficaz e suficiente às famílias vulneráveis, especialmente em cenários de emergência climática, assegurando a segurança alimentar das comunidades mais impactadas.

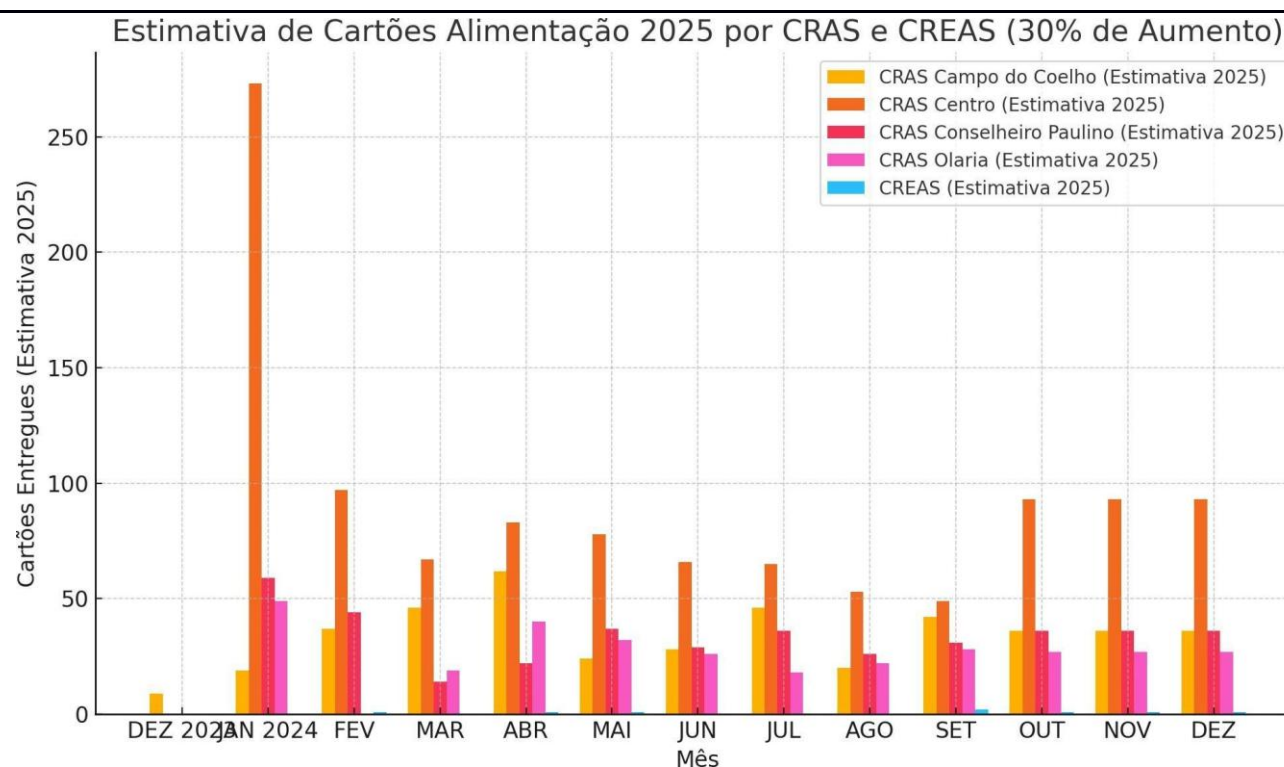
Estimativa para 2025 com acréscimo de 30% (trinta por cento):

Levando em consideração o aumento de 30% (trinta por cento), o planejamento de distribuição de cartões para o ano de 2025 foi ajustado. O crescimento projetado reflete a maior demanda esperada



devido às condições climáticas adversas e à necessidade de maior cobertura social. A tabela a seguir apresenta as estimativas para o ano de 2025:

ESTIMATIVA DE CARTÕES ALIMENTAÇÃO A SEREM ENTREGUES EM 2025 (AUMENTO DE 30%)						
MÊS	CRAS CAMPO DO COELHO	CRAS CENTRO	CRAS CONSELHEIRO PAULINO	CRAS OLARIA	CREAS	TOTAL ENTREGUE MENSAL
DEZEMBRO/24	9	-	-	-	-	9
JANEIRO/25	19	273	59	49	-	400
FEVEREIRO	37	97	44	-	1	179
MARÇO	46	67	14	19	1	146
ABRIL	62	83	22	40	1	208
MAIO	24	78	37	32	1	172
JUNHO	28	66	29	26	1	149
JULHO	46	65	36	18	1	165
AGOSTO	21	53	26	22	1	122
SETEMBRO	43	49	31	28	2	153
OUTUBRO	36	93	36	27	1	193
NOVEMBRO	36	93	36	27	1	193
DEZEMBRO	36	93	36	27	1	193
TOTAL	440	1121	411	321	12	2305



Recomenda-se, portanto, esta estimativa de quantidade, a fim de que o município de Nova Friburgo possa contar com mais uma ferramenta eficaz para enfrentar as diversas situações de vulnerabilidade social e garantir a dignidade de seus cidadãos.

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO:

Fundamentação: Inciso V do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021.

Levantamento de mercado, que consiste na prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções, podendo, entre outras opções:

- a) ser consideradas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da administração; e
- b) ser realizada consulta, audiência pública ou diálogo transparente com potenciais contratadas, para coleta de contribuições.

Inicialmente, cumpre destacar que, nos termos do **Decreto nº 2.007, de 16 de fevereiro de 2023**, a responsabilidade pela realização da pesquisa de mercado é da **Secretaria de Licitações e Planejamento**. Contudo, em atendimento às orientações da Controladoria, procedeu-se à realização de levantamento de preços no **Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP)** e na internet, com o objetivo de identificar contratações similares à presente contratação.

Ressalte-se que os valores obtidos por meio do PNCP e da pesquisa online referem-se a contratações de natureza semelhante, mas **não correspondem exatamente aos quantitativos e às especificações do objeto ora contratado**, de modo que **não podem ser utilizados como preço balizador definitivo**. Assim, cabe à Secretaria responsável, conforme previsto no Decreto supracitado, realizar pesquisa de preços de mercado específica, a fim de **fundamentar o futuro certame com base em parâmetros fidedignos e adequados à presente contratação**.



A pesquisa de mercado tem como finalidade identificar **os preços praticados pelo mercado**, seja no âmbito público ou privado, com o objetivo de assegurar que a Administração Pública obtenha a contratação mais **vantajosa, eficiente e eficaz** na execução do objeto.

Nesse contexto, os estudos preliminares contemplam levantamento de **preços praticados e registrados em Atas de Registro de Preços de contratações similares**, bem como a análise de licitações já realizadas **sob a égide da Lei nº 14.133/2021**, referentes ao mesmo objeto, executadas por órgãos e entidades da Administração Pública. Para melhor visualização, os resultados encontram-se consolidados no quadro demonstrativo abaixo:

ORÇAMENTOS/PREÇOS PRATICADOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ÓRGÃO	OBJETO	VALOR ESTIMADO E VALOR HOMOLOGADO	MODALIDADE / FORMA DE CONTRATAÇÃO
MUNICÍPIO DE CANDÓI/PR	FORNECIMENTO E ADMINISTRAÇÃO DE VALE ALIMENTAÇÃO	R\$ 250,00	MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO: INEXIGIBILIDADE AMPARO LEGAL: LEI 14.133/2021, ART. 74, IV TIPO: ATO QUE AUTORIZA A CONTRATAÇÃO DIRETA MODO DE DISPUTA: NÃO SE APLICA REGISTRO DE PREÇO: NÃO ID CONTRATAÇÃO PNCP: 95684478000194-1-000112/2024 FONTE: EQUIPLANO SISTEMAS LTDA
CÂMARA MUNICIPAL DE SUZANO/SP	FORNECIMENTO DE CESTA-BÁSICA EM FORMA CARTÃO MAGNÉTICO OU ELETRÔNICO	R\$ 240,00	MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO: CREDENCIAMENTO AMPARO LEGAL: LEI 14.133/2021, ART. 79, I TIPO: EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO MODO DE DISPUTA: NÃO SE APLICA REGISTRO DE PREÇO: NÃO ID CONTRATAÇÃO PNCP: 51364933000107-1-000105/2024 FONTE: GOVTEC SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA
CÂMARA MUNICIPAL DE ITABIRA/MG	CARTÃO ALIMENTAÇÃO	R\$ 438,77	MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO: PREGÃO-ELETRÔNICO AMPARO LEGAL: LEI 14.133/2021, ART. 28, I TIPO: EDITAL MODO DE DISPUTA: ABERTO-FECHADO REGISTRO DE PREÇO: NÃO



ID CONTRATAÇÃO PNCP:

16845679000150-1-000061/2024

FONTE: LICITAR DIGITAL -

PLATAFORMA DE LICITAÇÕES ONLINE

ORÇAMENTO/PREÇO PRATICADO DA ÚLTIMA CONTRATAÇÃO REALIZADA POR ESTA MUNICIPALIDADE

EMPRESA	OBJETO	VALOR CONTRATADO
VEROCHEQUE REFEIÇÕES LTDA	CARTÕES ALIMENTAÇÃO	R\$ 189,95

Ademais, a Administração Pública pode contratar cartões alimentação para beneficiários de programas sociais por meio de diferentes soluções de mercado. Aqui estão algumas soluções, com suas vantagens e desvantagens:

1. Cartões de Empresas Especializadas em Benefícios



Vantagens:

- Ampla rede credenciada de estabelecimentos.
- Gestão simplificada para a Administração Pública.
- Tecnologia segura para evitar fraudes.
- Benefícios adicionais, como descontos e programas de fidelidade.



Desvantagens:

- Taxas administrativas relativamente altas.
- Dependência da rede credenciada, o que pode limitar opções para os usuários.
- Possível resistência de pequenos comércios devido às taxas cobradas pelos fornecedores.

2. Cartão Pré-Pago de Bancos



Vantagens:

- Solução administrada por grandes instituições financeiras, com segurança e capilaridade nacional.
- Pode ser aceito em uma ampla rede de estabelecimentos com bandeiras como Visa e Mastercard.
- Redução da necessidade de intermediação com empresas terceiras.



Desvantagens:

- Falta de controle sobre o uso, pois o beneficiário pode gastar o saldo em categorias não permitidas.
- Menos benefícios adicionais em relação às empresas especializadas.
- Possível necessidade de desenvolvimento de regras específicas para restringir o uso conforme o propósito.

3. Criação de um Programa de Vale-Alimentação Municipal ou Estadual



Vantagens:

- Maior controle da Administração Pública sobre os recursos e beneficiários.
- Pode incentivar o comércio local ao criar uma rede própria de estabelecimentos credenciados.
- Redução de custos administrativos em longo prazo, eliminando intermediários privados.



Desvantagens:

- Alto custo inicial para criação da infraestrutura e sistema de pagamento.
- Necessidade de capacitação técnica e administrativa para gerir o programa.
- Risco de menor aceitação caso os comerciantes não se interessem pelo modelo.

4. Convênio com Associações ou Cooperativas de Comerciantes Locais



Vantagens:



- Fomenta a economia local ao priorizar mercados e estabelecimentos da região.
- Pode permitir taxas menores para os comerciantes participantes.
- Flexibilidade na negociação dos termos do serviço.

X Desvantagens:

- Rede de aceitação pode ser restrita.
- Menor padronização e tecnologia para controle de fraudes.
- Necessidade de supervisão contínua para evitar irregularidades.

5. Pagamento Direto na Conta do Beneficiário (Depósito ou PIX)

☒ Vantagens:

- Redução de custos operacionais e administrativos.
- Maior liberdade para o usuário decidir onde gastar.
- Rapidez na distribuição do benefício.

X Desvantagens:

- Dificuldade em garantir que o dinheiro será usado exclusivamente para alimentação.
- Falta de integração com políticas de incentivo ao comércio local.
- Risco de fraudes ou desvios caso não haja controle adequado.

7. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO:

Fundamentação: Inciso VI do § 1º da Lei 14.133/21.

Como já pontuado acima, conforme Decreto nº 169, de 08 de agosto de 2017, a Pasta responsável pela realização da pesquisa de mercado é a Secretaria de Licitações e Planejamento, todavia, em cumprimento às orientações da Controladoria Geral do Município, foi realizada pesquisa com o fito de averiguar contratações similares à presente contratação, conforme demonstrativos anexos acima, alcançados via Portal Nacional de Compras Públicas - PNCP e contratação anterior. Com base nessa pesquisa, foi apurada a seguinte média de valores / valores estimados:

ITEM	MÉDIA PREÇO PNCP	PREÇO CONTRATAÇÃO ANTERIOR	MÉDIA PARÂMETROS	QTDE	PREÇO ESTIMADO
ITEM 01 - CARTÃO ALIMENTAÇÃO	R\$ 309,59	R\$ 189,95	R\$ 249,77	2.305 UN	R\$ 575.719,85
VALOR TOTAL ESTIMADO					R\$ 575.719,85

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

Fundamentação: Inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21.

A escolha por cartões de empresas especializadas em benefícios, como Alelo, Sodexo, Ticket e VR Benefícios, se justifica por diversos motivos que atendem tanto às necessidades da Administração Pública quanto às dos beneficiários.

Em primeiro lugar, essas empresas oferecem uma ampla rede de estabelecimentos credenciados, o que garante aos servidores ou beneficiários maior liberdade para utilizar os cartões em diferentes pontos de venda, como supermercados e restaurantes. Isso facilita a utilização do benefício e torna a solução mais prática e acessível, sem que a Administração Pública precise criar ou manter uma rede própria de estabelecimentos.



Além disso, essas empresas investem em tecnologia e segurança de ponta para garantir o controle sobre os gastos, evitando fraudes e assegurando que o benefício seja utilizado de maneira adequada. A Administração Pública pode monitorar as transações em tempo real e acessar relatórios detalhados, o que facilita a gestão do programa.

A facilidade de gestão também é uma das grandes vantagens dessa solução. A Administração Pública não precisa se preocupar com a emissão ou recarga dos cartões, uma vez que essas empresas cuidam de toda a operação, reduzindo a carga administrativa. Isso resulta em menor complexidade administrativa, permitindo que os recursos sejam usados de maneira mais eficiente.

Outro ponto importante é que as empresas especializadas oferecem benefícios adicionais aos usuários, como descontos e programas de fidelidade, o que agrega valor ao benefício e aumenta a satisfação dos beneficiários. Isso pode também gerar uma aceitação mais ampla do programa.

A conformidade com as normas e regulamentações também é uma vantagem, pois essas empresas já possuem experiência em atender às exigências legais e regulamentares da Administração Pública, o que minimiza riscos jurídicos para o governo.

A solução também permite um grau de flexibilidade e customização, possibilitando que a Administração Pública adapte as regras de uso do benefício conforme suas necessidades, como a restrição para determinados tipos de produtos. Isso facilita a implementação de políticas públicas específicas.

Além disso, o processo de implementação dessa solução é ágil, uma vez que as empresas especializadas já possuem a infraestrutura necessária para a emissão dos cartões, o que acelera a disponibilidade do benefício aos beneficiários.

Por fim, embora essas empresas cobrem taxas administrativas, a redução de custos operacionais a longo prazo é significativa. Isso ocorre porque a Administração Pública não precisa arcar com custos de infraestrutura e de sistemas internos, permitindo uma alocação mais eficiente dos recursos.

Em suma, a opção por cartões de empresas especializadas em benefícios é vantajosa devido à eficiência operacional, segurança, ampla aceitação e facilidade de gestão, características que permitem à Administração Pública atender de forma eficaz às necessidades dos beneficiários, enquanto minimiza custos e complexidade, garantindo que as necessidades institucionais estejam dentro dos parâmetros exigidos pela Lei nº 14.133/21, bem como pelo art. 37, caput e inciso XXI da CF/88.

A opção pelo Sistema de Registro de Preços (SRP) decorre da natureza continuada e da imprevisibilidade da demanda exata e da frequência com que os créditos deverão ser disponibilizados às famílias assistidas, sendo necessário um modelo que permita flexibilidade, eficiência e agilidade na contratação, conforme a necessidade e a disponibilidade orçamentária e financeira do órgão.

Ademais, trata-se de item padronizado, passível de mensuração, cuja contratação se repetirá ao longo do tempo, o que reforça a viabilidade da adoção do sistema de registro de preços, conforme previsto no art. 3º, inciso V, do Decreto Federal nº 11.462/2023.

Nesse sentido, a contratação por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP) permitirá não apenas a racionalização dos procedimentos administrativos, mas também o atendimento simultâneo e integrado às unidades da assistência social que atuam diretamente com o público-alvo da política pública, em consonância com os princípios da economicidade, eficiência e continuidade dos serviços prestados à população em situação de vulnerabilidade.

Considerando o princípio da **economicidade** e a necessidade de assegurar a **integralidade do benefício assistencial** destinado às famílias em situação de vulnerabilidade social, o Município opta pela **renúncia da taxa de administração**, fixando-a em **valor zero**. Essa medida garante que nenhum montante seja subtraído do crédito a ser disponibilizado aos beneficiários, assegurando que os recursos públicos sejam integralmente revertidos em favor da política de assistência social.

Importa ressaltar que, mesmo diante dos pedidos de esclarecimentos formulados durante a fase de instrução, a **Procuradoria-Geral do Município aduziu expressamente que a Lei nº 14.442/2022 não se aplica à presente contratação**, uma vez que tal diploma normativo disciplina relações de natureza



trabalhista e de alimentação no âmbito privado, não se confundindo com benefícios assistenciais concedidos pelo Poder Público, no exercício de sua função social e de proteção às populações em situação de vulnerabilidade.

Assim, mantém-se a fundamentação de que a contratação está regida pela **Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos)**, especialmente no que concerne às regras sobre pagamento (art. 145), às exigências editalícias (art. 25) e à gestão contratual.

Dessa forma, a decisão administrativa pela **renúncia da taxa** mostra-se juridicamente adequada, socialmente justa e alinhada aos princípios constitucionais da **legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência**, além de atender diretamente ao **interesse público primário**.

Assim, deve constar no TR as seguintes disposições:

Proteção ao Beneficiário

“O objetivo central do contrato é garantir o benefício alimentar integral aos usuários, sendo vedada qualquer prática que reduza direta ou indiretamente o valor do benefício disponibilizado às famílias assistidas.”

Abrangência Geográfica dos Estabelecimentos

“A contratada deverá apresentar e manter rede de estabelecimentos credenciados em **todos os bairros e distritos do Município de Nova Friburgo**, de modo a assegurar amplo acesso e igualdade de atendimento aos beneficiários.”

Emissão Numerada dos Cartões

“Os cartões deverão ser emitidos com **número de série individual**, permitindo rastreabilidade e controle de cada benefício concedido. Tal medida se justifica por tratar-se de benefício eventual destinado ao enfrentamento de vulnerabilidades temporárias. A contratada deverá manter registro atualizado dos cartões emitidos e disponibilizar tais informações à Administração sempre que solicitado.”

Gestão e Controle dos Cartões

“A contratada deverá disponibilizar sistema eletrônico seguro para recarga automática, consulta de saldo, bloqueio, desbloqueio e emissão de segunda via sem ônus para o beneficiário, em casos de perda, roubo ou extravio. Deverá ainda fornecer relatórios gerenciais que permitam à Administração acompanhar a execução do contrato e auditar a destinação dos recursos.”

Prestação de Contas e Fiscalização

“A contratada deverá apresentar relatórios periódicos sobre a utilização dos cartões, discriminando créditos, débitos, estabelecimentos credenciados e saldos. A Administração se reserva o direito de realizar auditorias e solicitar informações adicionais sempre que necessário.”

9. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO:

Fundamentação: Inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21.



A inaplicabilidade do parcelamento na contratação dos serviços de cartão alimentação pela Administração Pública decorre da natureza singular e indivisível do objeto contratado. Diferentemente da aquisição de bens e serviços que podem ser fracionados para ampliar a competitividade e economicidade, a contratação dos serviços de cartão alimentação envolve a necessidade de padronização, eficiência operacional e otimização de recursos. A fragmentação entre diferentes fornecedores poderia gerar incompatibilidades, dificuldades na gestão do contrato e variações na qualidade do serviço.

Além disso, conforme a Lei nº 14.133/2021, a fragmentação do objeto só é cabível quando não compromete a funcionalidade e a viabilidade econômica da contratação. No caso da contratação dos serviços de cartão alimentação, a escolha de um único fornecedor garante maior controle, suporte técnico unificado e economia de escala, facilitando a fiscalização e reduzindo custos administrativos. Dessa forma, a contratação integral por um mesmo fornecedor assegura a continuidade e a eficiência dos serviços prestados à Administração Pública. Assim, por se tratar de um item único e insuscetível de divisão, o parcelamento não se aplica, uma vez que comprometeria a finalidade e a utilidade da contratação.

Portanto, o parcelamento não é aplicável, em razão das características do contratado, por ser item único e indivisível. Sendo assim, não há que se falar de parcelamento.

Outrossim, é oportuno destacar o Acórdão nº 75.681/2022 proferido pelo Plenário do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE/RJ), o qual dispõe que a decisão acerca da divisibilidade ou não do objeto da licitação se insere no âmbito da discricionariedade administrativa. Nessa medida, cabe ao gestor público, durante a fase de planejamento, avaliar qual a melhor forma de atender ao interesse público, considerando as especificidades do objeto e as necessidades da Administração.

10. DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRETENDIDO:

Fundamentação: Inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21.

A Contratação aqui pretendida, o fornecimento de cartão-alimentação, como benefício eventual, tem por finalidade uma estratégia de fortalecimento da rede de proteção social, essencial para garantir o bem-estar da população. O Sistema Único de Assistência Social (SUAS), enquanto política pública de proteção social, tem como objetivos primordiais a proteção social básica e especial, visando assegurar os direitos de cidadania e promover a inclusão social. A concessão de benefícios eventuais, como o cartão-alimentação, está prevista na Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB-SUAS), constituindo um instrumento fundamental para suprir as necessidades emergenciais da população em situações de vulnerabilidade.

No município de Nova Friburgo, a concessão do cartão-alimentação, como benefício eventual, de caráter excepcional, desponta como uma medida estratégica para mitigar os impactos de crises socioeconômicas e adversidades que afetam a subsistência de significativa parcela da população. A análise do contexto socioeconômico local, baseada em dados do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) e demais indicadores oficiais, revela a necessidade urgente de implementação de políticas públicas que priorizem a proteção social e a promoção da dignidade humana. Assim, a concessão do cartão-alimentação, em conformidade com as diretrizes do SUAS, apresenta-se como uma ferramenta eficaz para assegurar o acesso a alimentos básicos e nutritivos, promovendo a qualidade de vida e o fortalecimento da rede de proteção social.

A garantia do direito à alimentação adequada é um princípio fundamental consagrado na Constituição Federal de 1988, em tratados e convenções internacionais dos quais o Brasil é signatário. Este direito, presente entre os direitos sociais, é dever do Estado e condição para a promoção da dignidade humana, conforme o artigo 6º da Constituição. Tanto o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), quanto o Estatuto do Idoso, reforçam essa garantia, ao assegurar proteção especial a crianças, adolescentes e idosos, especialmente em contextos de vulnerabilidade social. A efetivação dessas normativas é



coerente com as diretrizes do SUAS, que visa promover a justiça social e assegurar o acesso a serviços socioassistenciais.

A adoção do sistema de cartão-alimentação como benefício eventual representa um marco relevante na política de assistência social de Nova Friburgo, promovendo a inclusão social e reduzindo as desigualdades. Além disso, essa iniciativa tem o potencial de estimular o desenvolvimento local, ao dinamizar o comércio e gerar impactos positivos na economia local.

Portanto, a implementação de um novo processo de cartão-alimentação, alinhado aos princípios do SUAS, fortalece as políticas públicas de assistência social no município, promovendo o acesso a alimentos em situações emergenciais e contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e solidária.

11. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO:

Fundamentação: Inciso X do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21.

Para a contratação pretendida não haverá necessidade de providências prévias no âmbito da Administração, entretanto, consoante a nova legislação vigente, deverá ser considerada a necessidade de capacitação de servidores para atuarem na contratação e fiscalização da execução do objeto contratado, devendo ser realizado pelo fiscal do contrato, com a supervisão do gestor. Este aprimoramento por parte dos servidores fiscais do contrato é imprescindível para a melhoria do controle das contratações.

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES:

Fundamentação: Inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21.

Não há contratações correlatas e/ou interdependentes para esta contratação.

13. IMPACTOS AMBIENTAIS:

Fundamentação: Inciso XII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21.

A empresa contratada deverá prezar pela promoção do desenvolvimento nacional sustentável, adotar os critérios e práticas de sustentabilidade, em especial os estabelecidos no art. 4º do Decreto Federal nº 7.746/2012, entre outras:

- a) baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- b) preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- c) maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- d) maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- e) maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- f) uso de inovações que reduzem a pressão sobre recursos naturais;
- g) origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras; e,
- h) utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento.

Com o propósito de contribuir com a implementação de políticas voltadas à utilização de meios que contribuam para amenizar a agressão ao meio ambiente e garanta sua preservação, e visando a efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental nas licitações promovidas pela Administração Pública, fica a Contratada vinculada aos seguintes critérios de sustentabilidade:

- a) Para os cartões que serão utilizados nos serviços objeto do presente, cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021, Código 8 - 3, os



mesmos deverão ser fabricados com produtos cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981.

14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO:

Fundamentação: Inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21.

Diante de toda a análise desenvolvida no presente instrumento, a contratação mostra-se viável em termos de disponibilidade de mercado, consoante artigo 7º, inciso XIII da IN SEGES/ME Nº 40, de 22 de maio de 2020, não sendo possível observar óbices ao prosseguimento da presente contratação. As aquisições objeto do presente planejamento não se enquadram nos pressupostos para a decretação de sigilo, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Desta forma, declaramos a viabilidade da contratação, com base no estudo realizado, uma vez que é viável, necessária e adequada a presente Secretaria e ao referido equipamento requisitante.

15. RESPONSABILIDADE DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO PELA ELABORAÇÃO E CONTEÚDO DO DOCUMENTO:

Certificamos que somos responsáveis pela elaboração do presente documento que compila os Estudos Preliminares da Secretaria participante e que o mesmo traz os conteúdos previstos no parágrafo 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

Gestoras:		Elaboradora segundo dados fornecidos pela Unidade Requisitante através do DFD / Apoio Técnico Administrativo:
<div>Assinado por ANGELICA MEDEIROS POLO 087.***.***.2-4 Prefeitura Municipal de Nova Friburgo 01/10/2025 12:40:36</div> <div>Angelica Medeiros Polo Gerente de Benefícios Eventuais Mat. 63.523</div> <div>Assinado por EDILENE GORETE TORRES LAETT 777.***.***.2-4 Prefeitura Municipal de Nova Friburgo 01/10/2025 21:51:22</div> <div>Edilene Gorete Torres Laeth Gerente de Proteção Social Básica Mat. 301.990</div>		<div>Assinado por CAROLINE GUIMARÃES MONTEIRO Prefeitura Municipal de Nova Friburgo 02/10/2025 11:14:38</div> <div>Caroline Guimarães Monteiro Assessora Nível Intermediário Mat. 63.647</div> <div>Assinado por MONARA TAVARES DA SILVA CUNHA 089.***.***.2-4 Prefeitura Municipal de Nova Friburgo 01/10/2025 11:42:34</div> <div>revisado por</div> <div>Monara Tavares da Silva Cunha Assessora de Nível Superior Mat. 199.511</div>
<div>Nova Friburgo/RJ, 19 de setembro de 2025.</div> <div>De acordo: Assinado por YURI GUIMARÃES FELISBERTO BEZERRA 119.***.***.2-4 Prefeitura Municipal de Nova Friburgo 02/10/2025 10:43:17</div> <div>Yuri Guimarães Felisberto Bezerra Secretário de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos Mat. 100.518</div>		